

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.1201201709-13>

## APRESENTAÇÃO/PRESENTATION

**DOSSIÊ: PENSAMENTO AMERÍNDIO E A ESTÉTICA CONTEMPORÂNEA**

**ORGANIZAÇÃO: ANA CAROLINA CERNICCHIARO**

Quando as Américas foram invadidas, há cinco séculos, os povos que aqui viviam experienciaram seu primeiro apocalipse. Como contam Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro (2014), 95% da população ameríndia, ou seja, 1/5 da população do planeta foi dizimada em um século e meio. O mundo ameríndio foi invadido, saqueado, devastado, atingido por um outro, o Velho Mundo e sua lógica da mercadoria. Quinhentos anos depois, o planeta Mercadoria<sup>1</sup> continua se chocando incessantemente contra as terras indígenas. Desse planeta chega um número cada vez maior de invasores, o “povo da mercadoria”, segundo a expressão de Davi Kopenawa, estes seres que foram tomados de um desejo desmedido por mercadorias a ponto de não enxergarem nada além delas:

Seu pensamento se esfumou e foi invadido pela noite. Fechou-se para todas as outras coisas. Foi com essas palavras da mercadoria que os brancos se puseram a cortar todas as árvores, a maltratar a terra e a sujar os rios. Começaram onde moravam seus antepassados. Hoje já não resta quase nada de floresta em sua terra doente e não podem mais beber a água de seus rios. Agora querem fazer a mesma coisa na nossa terra. [...] Há tempos os garimpeiros reviram o leito de nossos rios e logo as mineradoras vão querer escavar as profundezas do chão da floresta. Os fazendeiros não param de incendiar suas bordas (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 407, p. 435).

Não é de hoje que as terras indígenas são alvo da ganância do homem branco, dessa paixão pela mercadoria de que nos fala Kopenawa, mas esta investida vem se acirrando com o poderio devastador que o agronegócio conquistou à bala e à prata no Congresso Nacional, se tornando, inclusive, um dos epicentros do terremoto político que vem castigando o Brasil no último ano. Com ferocidade, a bancada ruralista vem tentando revogar demarcações de terras já consolidadas, impedir novas demarcações, relativizar áreas de preservação permanente, inviabilizar instituições de proteção dos povos originários, dismantelar políticas públicas, entre tantos outros pesadelos que vêm sendo denunciados pelos movimentos indígenas como

a mais grave e iminente ofensiva aos direitos dos povos indígenas desde a Constituição Federal de 1988, orquestrada pelos três Poderes da República em conluio com as oligarquias econômicas nacionais e internacionais, com o objetivo de usurpar e explorar nossos territórios tradicionais e destruir os bens naturais, essenciais para a preservação da

---

<sup>1</sup> Em uma analogia ao planeta Melancolia do filme de *Lars von Trier* (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2014).

vida e o bem estar da humanidade, bem como devastar o patrimônio sociocultural que milenarmente preservamos (ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL, 2017)<sup>2</sup>.

Ao apreender os povos originários em uma “representação” política e estética (como dado demográfico e como imagem, como estereótipos esvaziados), o poder tenta homogeneizá-los, desindianizá-los, indigentizá-los, empobrecê-los. Conforme nos mostra Viveiros de Castro, “para transformar o índio em pobre, o primeiro passo é transformar o Munduruku em índio, depois em índio administrado, depois em índio assistido, depois em índio sem terra” (2016, p. 12). Segundo o antropólogo, separar os índios de sua relação com a terra sempre foi a “condição necessária para transformar o índio em cidadão. Em cidadão pobre, naturalmente. Porque sem pobres não há capitalismo, o capitalismo precisa de pobres, como precisou (e ainda precisa) de escravos”, e, para transformar o índio em pobre, “foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o constitui como indígena” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 16).

No capitalismo sem exterioridade contemporâneo, a fantástica fabricação de riqueza e de miséria que é o mercado (para usar uma expressão de Deleuze<sup>3</sup>) inclui os indígenas em sua exclusão, transforma-os em “sujeitos-dinheiro sem dinheiro” (KURZ, 1993, p. 195). No lugar dos povos plurais<sup>4</sup>, o povo no singular, sem rosto, com letra minúscula, conforme a classificação de Agamben, ou seja, “a classe que, de fato, se não de direito, é excluída da política” (AGAMBEN, 2002, p. 183). Já o Povo com letra maiúscula, “o sujeito político constitutivo” é o que serve de base à ficção de legitimação do Estado moderno, onde a propriedade é o direito fundamental, afinal, Povo é o conjunto dos cidadãos proprietários portadores de direitos reconhecidos pelo soberano (NEGRI, 2003, p. 143).

Neste sentido, os indígenas não são considerados parte do Povo Brasileiro (com iniciais maiúsculas), porque não são proprietários de nada. A relação do indígena com a terra não é de propriedade, mas de pertencimento, não se possui a terra, pertence-se a ela<sup>5</sup>. “A terra é o corpo dos índios, os índios são parte do corpo da Terra”, explica

---

<sup>2</sup> Declaração do 14º Acampamento Terra Livre, que aconteceu entre os dias 24 e 28 de abril deste ano e reuniu mais de quatro mil indígenas em Brasília. A declaração denuncia “as propostas de emenda constitucional, projetos de lei e demais proposições legislativas violadoras dos nossos direitos originários e dos direitos das demais populações tradicionais e do campo, que tramitam sem qualquer consulta ou debate junto às nossas instâncias representativas, tais como a PEC 215/2000, a PEC 187/2016, o PL 1610/1996, o PL 3729/2004 e outras iniciativas declaradamente anti-indígenas”, as decisões adotadas pelo Poder Judiciário “para anular terras indígenas já consolidadas e demarcadas definitivamente, privilegiando interesses ilegítimos de invasores e promovendo violentas reintegrações de posse, tudo sem qualquer respeito aos mais básicos direitos do acesso à justiça”, entre outras ações do governo Michel Temer. Disponível em: <<https://mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/2017/04/27/povos-indigenas-unificam-suas-lutas-em-defesa-de-seu-direitos/>>.

<sup>3</sup> “No capitalismo só uma coisa é universal, o mercado. [...] Ora, ele não é universalizante, homogeneizante, é uma fantástica fabricação de riqueza e de miséria”. (DELEUZE, 1992, p. 213).

<sup>4</sup> “Povo’ só (*r*)*existe* no plural - povoS. Um povo é uma multiplicidade singular, que supõe outros povos, que habita uma terra pluralmente povoada de povos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 11).

<sup>5</sup> “Pertencer à terra, em lugar de ser proprietário dela, é o que define o indígena” (VIVEIROS DE CASTRO, 2016, p. 14).

Viveiros de Castro (2016, p. 17). Isso significa que a disputa pela terra é uma disputa pelo próprio corpo, pela própria sobrevivência. O que se perde quando se perde uma terra é a própria existência, já que existir é sempre co-existir com um lugar e com os seres desse lugar, com as pessoas de diferentes espécies, materialidades e naturezas (animais, vegetais, minerais, espíritos, formações geográficas), uma multiplicidade de seres com os quais os indígenas coabitam, se relacionam socialmente e dos quais a existência depende. Conforme explica Ailton Krenak, “a montanha que é extraída de algum lugar da África ou da América do Sul e transformada em mercadoria em um outro lugar é também a avó, o avô, a mãe, o irmão de alguma constelação de seres que querem continuar compartilhando a vida aqui nessa casa comum que nós chamamos de terra”<sup>6</sup>.

Segundo o líder indígena, a terra é um organismo vivo, uma mãe “provedora, em amplos sentidos, na dimensão da subsistência, mas também na dimensão transcendente que dá sentido às nossas vidas”. Por isso é necessário termos uma co-responsabilidade com os lugares que vivemos, respeitando o direito à vida de todos os seres, reconhecendo “que aquele rio que está em coma é também o nosso avô”, afirma Krenak em relação ao rio Watu. Conhecido por nós como Rio Doce, o rio avô dos Krenak está há quase dois anos com 600 km de sua extensão cobertos de material tóxico por conta do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da Samarco, “nos colocando numa condição real de um mundo que acabou”.

É importante destacar, no entanto, que toda essa ferocidade devastadora e etnocida do “povo da mercadoria” não fica sem resposta. Afinal, se o fim do mundo indígena é um fim contínuo, se seu mundo é aquele que não cessa de desaparecer, de acabar, é porque também não cessa de persistir, de resistir, de insistir em existir. Neste sentido, a sobrevivência, a existência mesma se torna uma resistência. É essa (r)existência<sup>7</sup> que nos interessa pensar neste dossiê da Revista Crítica Cultural. Ela vem gerando “um dos acontecimentos políticos mais importantes que testemunhamos no Brasil de hoje”, analisam Danowski e Viveiros de Castro, um “devir-índio”, ou mais ainda, um “redevir-índio”, que “vai tomando de assalto setores importantes da 'população' brasileira de um modo completamente inesperado” e “contaminando aos poucos muitos outros povos brasileiros além dos povos indígenas” (2014, p. 157).

Pensemos na irreduzível participação indígena nas artes contemporâneas, tão evidente na última Bienal de São Paulo, por exemplo; na descentralização que o livro de Davi Kopenawa tem causado no pensamento crítico e filosófico brasileiro sempre tão eurocêntrico; no ritmo dos cantos ameríndios que tem frequentemente dado o tom da poesia mais recente feita no Brasil; na presença da oralidade, da estética e da ontologia ameríndia na literatura de escritores contemporâneos indígenas, como Daniel Munduruku, ou não indígenas, como Sérgio Medeiros (para citar dois autores que participam dessa edição); na surpreendente estética dos cineastas indígenas que

---

<sup>6</sup> Conferência de Ailton Krenak intitulada “Do sonho e da terra” e apresentada no ciclo *Questões indígenas Ecologia, terra e saberes ameríndios* em maio deste ano em Lisboa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8MI9IzdIz8>>.

<sup>7</sup> Conforme escreve Viveiros de Castro (2016, p. 11).

problematizam questões agudas da cinematografia atual, como as relações de alteridade e autoridade que envolvem a produção de imagens, a fabulação de si nos documentários, a construção do real e a invenção de um povo que falta, para usar a famosa expressão de Deleuze (1990, p. 259); entre tantos outros inúmeros exemplos em que perspectivas ontológicas, filosóficas e estéticas ameríndias reivindicam seu lugar como protagonista da/na arte brasileira.

Este protagonismo é um dos temas da entrevista que Daniel Munduruku gentilmente nos concedeu, na qual analisa a inserção dos indígenas na produção acadêmica, artística e cultural contemporânea, a relação entre literatura e resistência e as lutas indígenas no contexto político atual. Tal protagonismo também fica evidente na aguda discussão que Marcos de Almeida Matos propõe a respeito da afirmação de Augusto de Campos de que a Antropofagia oswaldiana seria a “única filosofia original brasileira”. Matos avalia de que forma a antropofagia ameríndia foi tomada pelos autores da Revista de Antropofagia “como o índice de uma filosofia e de uma antropologia inauditas, que comporia uma verdadeira Weltanschauung, antecipando a descida definitiva da razão ao corpo operada pelas obras de Marx, Nietzsche ou Freud”. Já o estudo de Camila Bylaardt Volker questiona justamente o apagamento ameríndio na literatura canônica brasileira, mostrando de que forma a figuração do indígena em *À Margem da História*, de Euclides da Cunha, acaba por endossar “uma perspectiva de extermínio e extinção inexorável dos povos indígenas”.

Para além das discussões teóricas e críticas sobre o protagonismo ameríndio na arte contemporânea, o dossiê também é ele mesmo tomado pela sonoridade da poética indígena na fascinante análise que Guilherme Orlandini Heurich faz dos refrões ou vocalizes dos cantos oññã me’e, que o antropólogo recolheu nos 14 meses de trabalho de campo que realizou junto aos Araweté. A envolvente poética ameríndia também aparece na tradução do segundo capítulo de *O Manuscrito de Huaro-chiri*, que o poeta, professor e tradutor Sérgio Medeiros publica pela primeira vez nesta edição da *Crítica Cultural*, acompanhada de um ensaio sobre a figura do trickster na mitologia andina. Considerada uma das mais significativas cosmogonias ameríndias, o *Manuscrito* “oferece um resumo da tradição religiosa andina nativa e uma imagem do mundo sobre-humano e humano como foi ideado por volta de 1600”.

Na temática livre, este volume da Revista *Crítica Cultural* apresenta ainda artigos sobre a semiologia barthesiana da fotografia, o filme *O espelho*, de Andrei Tarkovski, o romance de formação na contemporaneidade, o mal de arquivo em Proust e Beckett, literatura, história e gênero em *O Cortiço* e a “reconciliação entre o humano e o sagrado” em *Clarice Lispector*. Além da resenha de *Art as Experience*, de John Dewey.

Boa leitura!

Ana Carolina Cernicchiaro

## DOSSIER: AMERINDIAN THOUGHT AND THE CONTEMPORARY AESTHETICS

### EDITOR: ANA CAROLINA CERNICCHIARO

This dossier proposes to discuss the presence of Amerindian ontology, philosophy, and aesthetics as the protagonist of and in the Brazilian Arts. How art is reflecting the indigenous people's struggle for land and survival, against all the violent threats to their rights and lives by the economic power and the Brazilian Government. The existence as a resistance that engender a becoming-indigenous, which appears in different aspects of Contemporary art, cultural and thought.

### REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, p. 183.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir?* Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie, 2014.
- DELEUZE, Gilles. *Controle e devir – entrevista a Toni Negri*. Trad. Peter Pál Perlbart. In: *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 213.
- \_\_\_\_\_. *A Imagem-Tempo*. Tradução de Eloisa de Araújo Ribeiro. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 195.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Os involuntários da pátria*. Série Pandemia. São Paulo: n-1 edições, 2016.



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.